



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE FORMOSO DO ARAGUAIA
ADM. 2013/2016

PROTOCOLO
Nº 010 de 27/10/2016
às 10:58 hrs.
Maurine Costa
Funcionário(a)

PROJETO DE LEI Nº. 010/2016

21 DE OUTUBRO DE 2016

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

O Secretário Municipal da Administração do Exercício de suas atribuições certifica que a (o):

- ☒ Lei nº 010 de 21/10/16
☐ Decreto nº de
☐ Portaria nº de
☐ Projeto de lei nº de

Foi fixado no Placaro de publicação da Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins nesta data.
Formoso do Araguaia - TO 21/10/16

“Altera a Lei Nº 833/2013, de 31 de outubro de 2013, na parte que especifica.”

Nilton Juranair de Queiroz
Sec. Adm. e Planejamento
Dec.: 01/2014-06/01/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA, ESTADO DO TOCANTINS aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 46, I, II, III, IV da Lei Nº 833/2013, de 31 de outubro de 2013, que passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 46.** O Quadro Transitório do Técnico Administrativo Educacional é composto pelo cargo de Auxiliar Técnico Administrativo Educacional, estruturado em níveis segundo os graus de formação exigidos para a progressão vertical conforme segue:

I - Nível I - Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Médio Completo;

II - Nível II - Ensino Médio + curso de profissionalização – Pro funcionário;

III - Nível III - Ensino Superior em áreas afins ao cargo (Curso Superior na área da Educação mais Pro funcionário);

IV - Nível IV - Ensino Superior em áreas afins ao cargo (Curso Superior na área da Educação mais Pro funcionário mais Pós-graduação em Gestão Escolar).

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor a partir de 01º (primeiro) de Janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA, ESTADO DO TOCANTINS aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

WAGNER COELHO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

1º Votação 23/11/2016 Aprovado
2º Votação 24/11/2016 Aprovado
3º Votação

Presidente



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA
ADM. 2013/2016
"Formoso em boas mãos"

Formoso do Araguaia, 27 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO

Ofício Mensagem nº 010/2016

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 010/2016

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Vereadores,

Submeto à deliberação dessa Casa Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o Projeto de Lei em anexo, que "Altera a Lei Nº 833/2013, de 31 de outubro de 2013, na parte que especifica".

A proposição ora encaminhada visa adequação da Lei já existente.

Tendo em vista a relevância da matéria, solicito o especial apoio de Vossa Excelência na agilização e encaminhamento do anexo projeto de lei, no qual espero contar com a aprovação dos ilustres Vereadores, nos termos legais.

Na certeza de que Vossa Excelência adotará as medidas necessárias decorrentes da presente Mensagem, renovo no ensejo, protestos de elevado apreço e distinguida consideração, extensivos aos seus dignos Pares.

No que concerne ser ano eleitoral, não se vislumbra a proibição elencada no artigo 73, inciso VIII, *in verbis*:

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.

No citado inciso não se poder fazer revisão geral no quadro de servidores no município, no caso em comento está apenas, inserindo a tabela para as devidas progressões, a qual, só valerá a partir de 01 de janeiro de 2017, na o interferindo no pleito eleitoral, tendo em vista que o mesmo já se passou.

Sendo esse o entendimento dos tribunais superiores, veja:

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. CONDUTA VEDADA AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA. INFRAÇÃO AO INC. VIII DO ART. 73 DA LEI N. 9.504/97. REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. INOCORRÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O inc. VIII do art. 73 da Lei n. 9.504/97 proíbe "fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos". 2. A reestruturação da carreira de servidores não se confunde com

14




ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA
ADM. 2013/2016
"Formoso em boas mãos"

revisão geral de remuneração conforme respondido na Consulta 772, de 2.4.2002, que originou a Resolução TSE n. 21.054/2002.3. A revisão geral prevista no inc. X do art. 39 da Constituição Federal busca recompor as perdas salariais decorrentes do acúmulo inflacionário, é aplicada a todos os servidores civis e militares, sem distinção de índices.4. **Projeto de Lei que estabelece o plano de cargos e vencimentos dos servidores públicos do município, estruturando as carreiras em classes e referências, estabelecendo regras para movimentação com progressão tanto horizontal, quanto vertical, fixando como objetivo, além da eficiência e a eficácia, a valorização e a profissionalização do servidor, com formação e capacitação permanente, não pode ser confundido com revisão geral de remuneração.**5. Recursos de Lourenço Pereira Filho e Coligação "Unidos Pela Fé Para Vencer" conhecidos e providos.6. Recursos do Ministério Público Eleitoral e Coligação "Progresso de Verdade" conhecidos e não providos.

(TRE-GO - RE: 75071 GO, Relator: LEONARDO BUISSA FREITAS, Data de Julgamento: 03/12/2012, Data de Publicação: DJ - Diário de justiça, Volume 255, Tomo 1, Data 11/12/2012, Página 3)

Atenciosamente,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA, ESTADO DO TOCANTINS, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2016.


Wagner Coelho de Oliveira
Prefeito Municipal